

Seminário debate critérios para mensurar trabalho dos Auditores

Metas cada vez mais elevadas e pouco tempo para execução comprometem qualidade da análise

A direção da DS/Rio promoverá, no dia 11 de setembro, das 9h30m às 17h, no auditório da Sede Quitanda, seminário sobre a metodologia para mensuração do trabalho que já causa apreensão nos AFRFB quanto à qualidade técnica das análises. O problema se intensificou a partir da publicação da Portaria 974, de 25 de abril deste ano. A portaria normatiza as atividades de arrecadação e controle do crédito tributário na Receita Federal, a partir de metas individuais de produtividade baseadas em índices específicos de aproveitamento de horas para execução de cada processo.

A utilização de métodos unicamente quantitativos para mensurar o trabalho dos AFRFB gera uma nova dinâmica laboral que precisa ser debatida pela categoria. Como destaca o presidente da DS/Rio, João Abreu, “não se trata de simples adequação a novos critérios de produção, mas da mudança na própria essência do

trabalho executado, que antes privilegiava a eficácia e a eficiência”.

Debate semelhante ocorreu em 2012, nas Delegacias de Julgamento (ver manifesto na página 3), onde há alguns anos a necessidade de análise e investigação criteriosas dos processos esbarra, muitas vezes, na pressão administrativa das “horas-padrão” estipuladas para cada trabalho. As atividades norteadas pela Portaria 974/2014 ficam sujeitas à mesma lógica reducionista de privilegiar a rapidez, e não a qualidade da execução.

A convite da direção da DS/Rio, a mesa de debates do seminário será composta pelos Auditores Cláudio Damasceno, presidente do Sindifisco Nacional; Marcelo Lettieri, vinculado à DS/Ceará – primeira a apontar os riscos para a carreira impostos pela portaria; e Iranilson Brasil, vinculado à DS/Pará, localidade que foi surpreendida por mudanças significativas nos critérios referentes à área aduaneira.



Presidente da DS/Rio, João Abreu, analisa novos critérios com Auditores da Dicat

História do IR no Brasil

O Auditor-Fiscal aposentado Cristóvão Barcelos da Nóbrega (foto) apresenta a palestra “História do Imposto de Renda no Brasil: momentos mais importantes,



Justiça Fiscal, o cargo de Fiscal e fatos curiosos” no dia 4 de setembro, na Sede Quitanda da DS/Rio. O evento irá celebrar o 90º aniversário da regulamentação do IR no país, ao mesmo tempo em que reafirma a urgência de mudanças focadas na Justiça Fiscal. Especialista no tema, há cerca de 30 anos Cristóvão se dedica à coleta de informações sobre a evolução do IR no Brasil, privilegiando tanto o lado técnico quanto as passagens curiosas, relatadas por antigos colegas. De forma leve e bem-humorada, mas calcado na precisão dos dados, ele irá mostrar os melhores momentos dessa história capaz de surpreender e fazer pensar.

Informática para iniciantes

Para garantir que os filiados tirem o máximo proveito do computador, a diretoria da DS/Rio promoverá, de 1º/9 a 31/10, o **Curso de Inclusão Digital para Iniciantes**. Serão **duas aulas semanais**, com duração de três horas cada, com turmas pela **manhã** (das 9h às 12h) e à **tarde** (das 14h às 17h). O curso é **gratuito e exclusivo para filiados**, reunindo grupos pequenos, num ambiente tranquilo e voltado para essa finalidade. **Inscrições** com Cláudia – (21) 3916-8550 ou 2507-6063. **Endereço das aulas:** Rua da Quitanda, 30 – 11º andar, Centro do Rio.

Recadastramento Já!

A DS/Rio iniciou campanha de recadastramento de seus filiados, para atualização de dados residenciais e e-mails pessoais. O Auditor Luciano Rebouças, coordenador da campanha, fala sobre o recadastramento. **Página 4**

Reduccionismo

A direção da DS/Rio vem apontando, há cerca de dois anos, o processo de reduccionismo da atividade fiscal. O cenário está delineado com a implantação gradativa, em todos os setores da Receita Federal, de um sistema de mensuração que equipara trabalho investigativo e intelectual a uma linha de produção em série.

De fato, o mundo tornou-se mais rápido. Os meios informatizados aceleraram etapas e simplificaram tarefas. Mas, o que não muda é a competência humana de analisar dados e situações além da obviedade dos números. O trabalho intelectual foi beneficiado pela máquina, mas esta ainda não pode mensurar a qualidade da execução desse trabalho, somente sua velocidade. Eis, aqui, o ponto de divergência entre a forma como podemos executar bem nosso trabalho e o tempo ideal que tentam nos atribuir para essa execução, através de uma tabela padronizada de horas/atividades.

Considerar que uma análise processual deve ser executada em alguns minutos, em razão de um hipotético grau de complexidade menor ou maior, denota desconhecimento das variantes que interferem no trabalho dos Auditores-Fiscais. Como em tudo na vida, o que parece rotineiro e recorrente está sujeito a inúmeras interferências – e, portanto, se transforma em outras coisas, visíveis somente para os observadores mais atentos.

Para analisarmos as transformações que ocorrem hoje em nosso ambiente laboral precisamos analisar as intenções por trás dos atos. Se existe um novo projeto de Receita Federal para o Brasil, é justo que seus Auditores-Fiscais – já sobrecarregados pelas exigências das horas/processo, as falhas dos sistemas operacionais disponíveis e a insuficiência de pessoal – saibam o tipo de trabalho que deverão executar.



O **Agente Fiscal** é uma publicação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
- Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha
- Segunda Vice-Presidente:** Maria Gláudia Ferrer Mamede
- Secretário-Geral:** Luiz Roberto Bicalho Domingos
- Diretor de Finanças:** Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
- Diretor-Adjunto de Finanças:** Robson Guedes Lassarot
- Diretor de Administração:** Fábio Alves Cabral
- Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marcílio Henrique Ferreira
- Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisembaum
- Diretora de Defesa Profissional:** Fátima e Silva Rodrigues
- Diretor de Comunicação:** Rodrigo de Almeida Rodrigues
- Diretora de Assuntos de Aposentados:** Eliane Barros Rocha
- Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sonia Maria Cunha dos Santos
- Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Helio Fernando Mulylaert da Silva Lima
- Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa
- Diretor de Saúde e Qualidade de Vida:** Leunam Costa Leite
- Diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida:** Airton Gonçalves Dias
- Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Célia Satiyo Seto
- Diretora de Políticas Sociais e Assuntos Especiais:** Teresa Maria da Silva Vagos
- Diretores Suplentes:** Carla Maria Marques da Silva Leal, Eulina Crispiano Lemos Filha, Frederico Lednik, Sônia Chaves Mesentier e Regina da Fátima da S.C. Hardman
- Conselho Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Rodolfo de Castro Sousa Filho e Luiz Gustavo Pereira Regadas

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sls. 711/712 – Centro
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
 11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: Sônia d’Azevedo
Impressão: Gráfica Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Reduccionismo da atividade fiscal foi apontado pela DRJ em 2012

Em 1º de novembro de 2012, a direção da DS/Rio divulgou manifesto elaborado pelos filiados lotados na Delegacia de Julgamento do Rio de Janeiro (DRJ/RJ) em defesa de sua atividade funcional e de um serviço público de qualidade. Na avaliação dos colegas, atribuir número de “horas-padrão” para análise dos processos em julgamento é um critério inadequado, que empobrece a atividade julgadora.

“Eficácia está ligada à qualidade do produto ou serviço. Eficiência, à rapidez como se faz o produto ou serviço. O problema, que cada vez mais vem ocorrendo na RFB, é que se quer aumentar a ‘produtividade’ via aumento da eficiência, esquecendo-se da eficácia”, alertaram os Auditores, na época, no texto que reproduzimos a seguir.

MANIFESTO EM DEFESA DA ATIVIDADE DE JULGAMENTO

“Nós, Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – AFRFB, lotados na Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro, aprovamos o seguinte manifesto em defesa da atividade de julgamento.

As Delegacias da Receita Federal de Julgamento são órgãos essenciais à solução administrativa dos conflitos entre contribuintes e administração na área tributária, contribuindo assim para a diminuição dos litígios no Poder Judiciário, notoriamente sobrearregado.

Por sua atuação, as Delegacias de Julgamento, juntamente com outras áreas de excelência da Secretaria da Receita Federal, têm contribuído para o conhecimento, aprofundamento e discussão de temas relevantes na área tributária.

Em nosso trabalho, necessitamos analisar com atenção os lançamentos de ofício levados a efeito pela fiscalização, após árduos e criteriosos trabalhos de apuração e investigação dos fatos à luz da complexa e vasta legislação tributária. Formalizadas as impugnações, frequentemente nos deparamos com processos administrativos de alto valor, de grandes empresas, de alta complexidade, onde analisamos impugnações especializadas elaboradas por renomados escritórios advocatícios e por equipes técnicas altamente gabaritadas.

Além destes processos, atuamos em outros de menor valor, porém nem sempre de menor complexidade, prosseguindo em nossa busca permanente de fornecer respostas adequadas a cada contribuinte.

Ao longo dos anos, temos percebido que a administração central da Secretaria da Receita Federal tem utilizado cada vez mais metas quantitativas para avaliação de nossos trabalhos, mensurando os julgadores através de índices numéricos, em detrimento do relevante aspecto intelectual de nosso trabalho, empobrecendo a atividade julgadora, e, por consequência, a própria instituição.

O número de “horas padrão” atribuído aos processos em julgamento, nos seus diversos níveis de complexidade, tem se mostrado inadequado para a adequada apreciação dos pleitos dos contribuintes. Há processos em que são atribuídas, para sua análise, uma “hora padrão”, outros duas, e outros, quatro horas, o que fere o senso comum a qualquer pessoa de que seja possível apreciá-los em tão curto espaço de tempo. Só é cabível imaginar um número de “horas padrão” tão reduzido nos casos em que há julgamento em lote, quando há ganho de escala. Mas via de regra não é o que ocorre.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, assegura aos litigantes, em processo administrativo, o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Entretanto, este princípio vem sendo agredido, face ao quadro que ora se desenha, pois a livre convicção do julgador, tão cara nos processos administrativos, e expressamente estatuída no artigo 29 do Decreto 70.253/72, tem limite estreito de tempo para

ser formada, apequenando a atividade julgadora.

A Delegacia de Julgamento do Rio de Janeiro tem buscado constantemente aprimorar a qualidade de seus julgados e reduzir o estoque de seus processos, tendo dado importantes contribuições ao longo dos anos para diminuição de estoques de processos em julgamento inclusive de outras unidades julgadoras.

É intenção dos julgadores continuar contribuindo com a instituição, mas sem comprometimento da qualidade do trabalho. Não obstante, no momento em que reivindicamos melhorias salariais, faz-se imprescindível defender as atribuições funcionais dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e, por fim, a própria instituição.

As Delegacias de Julgamento, como outras áreas de atuação da Secretaria da Receita Federal, ao aplicar a extensa e minuciosa legislação tributária, não podem ser transformadas em “linhas de produção” de decisões, colocando em risco o interesse público e a segurança funcional de seus servidores.

Além de estabelecer metas cada vez mais inviáveis, a administração não tem oferecido treinamentos periódicos a seus servidores, de modo a melhor prepará-los para enfrentar a diversidade de demandas a que são submetidos diariamente frente à legislação tributária, em desconhecimento com um mundo onde se valoriza cada vez mais o conhecimento. Neste diapasão, observamos também a criação de vários sistemas e banco de dados, sem que haja adequado treinamento aos servidores de modo a permitir sua pronta utilização, ficando os julgadores com frequência na dependência de buscar informações com colegas mais experientes, inclusive em outras unidades, de modo a melhor instruir os autos e permitir a solução dos litígios.

O princípio da eficiência, estatuído no artigo 37 da Constituição Federal deve estar em consonância com os princípios da moralidade e da legalidade, vigentes na administração pública.

Só é possível medir produtividade na atividade de julgamento, e em qualquer outra atividade, se levada em consideração a eficácia e a eficiência. Eficácia está ligada à qualidade do produto ou serviço. Eficiência, à rapidez como se faz o produto ou serviço. O problema que cada vez mais vem ocorrendo na RFB é que se quer aumentar a “produtividade” via aumento da eficiência, esquecendo-se da eficácia. O resultado dessa corrida, alertamos, é a improdutividade, ou seja, realização rápida dos serviços ou produtos com queda de qualidade, com o que não concordamos.

Assim, na condição de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - AFRFB, carreira típica de estado, aprovamos o presente manifesto em defesa da atividade de julgamento e de um serviço público de qualidade, fundado no Estado Democrático de Direito e na solução pacífica dos conflitos.”



Campanha de recadastramento BENEFICIA FILIADOS

Após verificar uma perda gradual de contato com diversos filiados – em especial, os que se aposentam e esquecem de atualizar seus dados no sindicato – a direção da DS/Rio resolveu promover campanha de recadastramento. O coordenador do processo é o Auditor Luciano Rebouças (foto), ex-diretor da DS, que se dispôs a colaborar para que esses colegas não fiquem desatualizados em questões importantes, principalmente as referentes às áreas Jurídica e de Saúde.



O que motivou a campanha de recadastramento?

Luciano Rebouças – Desde a minha primeira passagem como diretor da DS/Rio, percebi que nosso cadastro estava um pouco desatualizado. Mas, isso se agravou com a mudança de sistemática do cadastro do sindicato, como um todo. Anteriormente, as alterações cadastrais eram feitas nas Delegacias Sindicais. Hoje, o filiado vai diretamente ao site do Sindifisco Nacional (DEN). Embora a mudança represente um avanço, pois trouxe comodidade ao filiado, causou problemas para as Delegacias Sindicais, pois o sistema de cadastro gerido pela DEN não é integrado ao sistema de cadastro das DS. Desde então, nosso cadastro não recebe mais essa atualização “automática”. Foi exatamente essa falta de atualização que nos motivou a fazer o recadastramento de nossos filiados.

Quais os problemas enfrentados quando o cadastro está desatualizado?

Luciano – Um cadastro desatualizado gera consequências muito ruins para a nossa Delegacia Sindical e para os filiados. Muitas vezes nosso Jurídico precisa contatar o filiado, para informá-lo sobre recebimento de precatórios, ou mesmo buscar informações para instrução processual, e

não consegue. Todos aqueles que não estão com os seus endereços residenciais ou eletrônicos (e-mails) atualizados deixam de receber informações úteis – por exemplo, comunicados sobre assembleias, divulgação de seminários, convites para nossas festas tradicionais de fim de ano e junina, e demais eventos promovidos pela DS/Rio. Essa perda de contato é grave, pois prejudica nossos colegas.

Como será executado o trabalho de recadastramento?

Luciano – O trabalho será executado em etapas. Primeiro, vamos confrontar nossos registros com o cadastro da DEN. Em seguida, tentaremos contato telefônico com os colegas cujas informações estejam divergentes, para tentar apurar qual informação está correta. Depois, enviaremos e-mails e cartas aos filiados informando os dados que constam em nosso cadastro e solicitando confirmação ou retificação, caso verifiquemos alguma inconsistência. Por último, tentaremos contato direto, por telefone ou pessoalmente, com aqueles que não confirmarem ou alterarem seus dados.

Qual o principal retorno esperado?

Luciano – Nossa meta é fazer contato com o maior número de filiados vinculados

à DS/Rio e atualizar os dados. Com isso, esperamos ter um cadastro o mais próximo possível da realidade. Esperamos concluir esse trabalho até o mês de dezembro.

Os filiados podem se antecipar e atualizar os seus cadastros junto à DS?

Luciano – Sim. Eles podem ir pessoalmente ou telefonar para uma das nossas sedes – Sede Debret (tel. 21-3125-3808) ou Sede Quitanda (tel. 21-3916-8550) – solicitando verificação de suas informações cadastrais. Caso haja alguma inconsistência, serão orientados a retificar o nosso cadastro.

Alguma orientação para os colegas que não têm acesso à internet?

Luciano – Por diferentes motivos, alguns filiados não utilizam computador. É uma pena, pois divulgamos muitas informações através de e-mails. Hoje, esse meio é bem mais rápido e eficaz do que as correspondências postais. Por isso, a direção da DS/Rio também está investindo, a partir de setembro, num curso de informática e acesso à internet exclusivo para iniciantes. As aulas serão gratuitas, na Sede Quitanda. Convido os colegas a experimentarem, pois podem ter excelente ganho de informações utilizando a informática.

**Atualização cadastral da DS/Rio:
COLABORE COM ESSA CAMPANHA**

CDS aprova moções do Rio

Moções se referem aos egressos das Forças Armadas e investigação patrimonial fora de domicílio



Apreensão: filiados ex-militares reunidos com a direção da DS/Rio (15/7)

O Conselho de Delegados Sindicais (CDS) do Sindifisco Nacional, em reunião realizada entre os dias 6 e 8 de agosto, em Blumenau (SC), aprovou por ampla maioria de votos as duas moções apresentadas pela representação da DS/Rio.

A primeira delas, encaminhada ao CDS em parceria com a DS/Espírito Santo, propõe atuação da Diretoria Executiva Nacional (DEN) para que os pedidos de esclarecimentos adotados pela Corregedoria nas auditorias patrimoniais sejam realizados no domicílio do investigado. A segunda busca prevenir eventuais prejuízos causados aos colegas egressos das Forças Armadas pela Nota Técnica 101/2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Investigação patrimonial – A moção apresentada ao CDS, de autoria do presidente da DS/Rio, João Abreu, solicita apoio do conjunto da categoria para que o Sindicato sensibilize a Corregedoria-Geral sobre a importância da investigação patrimonial no domicílio do investigado.

Atualmente, os processos são distribu-

ídos entre os Escritórios de Corregedoria, aleatoriamente. Isso gera custos com deslocamentos do Auditor ou seu advogado e limita a possibilidade de ampla defesa em todas as fases do processo, como recomenda o Sindifisco Nacional.

O autor da moção entende que a defesa presencial beneficia a todos, pois os esclarecimentos evitam que a investigação se transforme num PAD desnecessário. Por isso, o acompanhamento deve ocorrer desde a fase preliminar do processo, mas evitando-se a autodefesa. Fora de domicílio, esse acompanhamento se torna dispendioso.

Ex-militares – A situação funcional dos Auditores egressos das Forças Armadas, em virtude da Nota Técnica 101/2014 do MPOG, movimenta os filiados do Rio desde o mês de julho. A nota, publicada no final de junho, analisa aspectos da transição dos ex-militares para o serviço público e destaca pontos divergentes entre os dois sistemas. Mas, na interpretação sobre a contagem de tempo de serviço, ignora o disposto no artigo 100, da Lei 8112/1990 (Serviço Público Federal), que considera o tempo de exercício nas Forças Armadas para **todos os efeitos legais e contado como tempo de serviço público federal**.

A questão afeta o conjunto dos servidores públicos do país e foi apresentada à direção da DS/Rio por filiados que correm o risco de perda substancial de direitos e benefícios. Esses filiados também criaram um grupo de discussões na internet, denominado “*Militares RFB contra Nota MPOG*”. Os moderadores são o

Auditor Leandro Pires – representando os ex-militares – e o diretor de Assuntos Jurídicos da DS/Rio, Márcilio Ferreira. Para ingressar, é necessário enviar solicitação ao e-mail leandropiresrfb@gmail.com, informando nome completo e setor.

A diretoria da DS/Rio considerou que o tema, pela abrangência e gravidade, deveria ser tratado nas esferas do Jurídico e da Defesa Profissional do Sindifisco Nacional. Dessa forma, a moção encaminhada ao CDS é resultado da mobilização desses filiados. O texto propõe a contratação de um escritório de advocacia renomado na área do Direito Administrativo para elaborar pareceres, patrocinar ação judicial e defender os atuais e futuros AFRFB, ex-militares, de recursos interpostos pela União. O objetivo é manter a interpretação anterior do MPOG sobre as Regras de Aposentadoria dos Auditores ex-militares que ingressaram no Serviço Público Federal após a Emenda à Constituição nº 20, de dezembro de 1998.

Por sugestão da DEN, a proposta da DS/Rio recebeu o adendo “em conjunto com outras categorias do Fonacate, sem prejuízo das atividades políticas necessárias”. Caso o Sindifisco Nacional não consiga aprovar a contratação do escritório em conjunto com o Fonacate, a proposta voltará ao próximo CDS, para que a contratação seja feita exclusivamente pelo Sindicato.

Os representantes da DS/Rio na reunião foram os diretores Helio Muylaert, Márcilio Ferreira e Airton Dias, além do Auditor Leandro Pires, que relatou a situação dos AFRFB ex-militares.

Casa Estrelas do Amanhã: FAZENDO NOSSA PARTE

Há 22 anos, a Casa Estrelas do Amanhã (CEAM) proporciona reforço escolar, durante o ano letivo, a 48 crianças do Complexo de São Carlos, no bairro carioca do Rio Comprido. Criada e mantida por Auditores-Fiscais vinculados à DS/Rio, a instituição subsiste com doações financeiras mensais – fixas ou eventuais – de colegas que decidiram investir num futuro melhor para uma infância marcada pela desigualdade social. Com recursos oriundos das doações, o grupo coordenador implementou também cursos de informática e mantém a estrutura do imóvel antigo que demanda obras constantes de conservação.

Aos poucos, a instituição vai se tornando referência de melhores oportunidades individuais, para seus alunos, e de reinterpretação de valores e prioridades pessoais entre os próprios colaboradores, como relata o Auditor aposentado Ney Coelho, um dos coordenadores da CEAM.



Uniformes de 2014 foram adquiridos com doações dos colaboradores

O que você destaca na trajetória da instituição?

Ney – Tudo é feito por nós, Auditores-Fiscais, sem ajuda oficial. Os desafios são grandes e os recursos, escassos. Somos pouco mais de 300 colaboradores fixos e a arrecadação mensal é de cerca de R\$ 15 mil. De vez em quando, outros colegas percebem a riqueza de contribuir para um país melhor através da educação e renovam nossas expectativas. A campanha do uniforme é um exemplo disso. Agradecemos aos que colaboraram. E, também, aos colegas que estavam na assembleia de votação do orçamento de 2014 da DS/Rio. Eles aprovaram por unanimidade a proposta da diretoria da DS de doação à CEAM. Esse recurso extra irá fazer frente ao 13º salário dos funcionários, pois recebemos somente doze mensalidades dos nossos colaboradores.

Quais as prioridades da coordenação?

Ney – Nosso estatuto tem objetivos amplos e voltados para atividades de apoio à comunidade, como as aulas de informática para todas idades, mas com foco específico em cada turma. Nosso trabalho é uma gota diante de tanta carência, mas é possível combater a falta de oportunidades resultante de uma

educação pública deficiente.

De que forma o sindicato pode abordar esse tema?

Ney – Convivemos com a desigualdade extrema e essa situação diz respeito a nossa área de atuação. A legislação tributária brasileira é regressiva, atinge principalmente os rendimentos do trabalho e permite ganhos extraordinários aos rentistas. Como denunciou o Instituto Justiça Fiscal, a tributação excessiva sobre o consumo, no Brasil, penaliza os mais pobres, que gastam o que ganham em consumo. Os mais ricos podem acumular capitais. Por não denunciarmos com veemência essa distorção, acabamos sendo vistos pela classe média como acólitos da elite financeira. Acredito num sindicato humanista sensível à sociedade que o rodeia e atento às mudanças em todos seus segmentos. Nossos sindicalistas precisam compreender que essas mudanças exigem novas posturas estratégicas para convencimento da cidadania da “utilidade” de nossas reivindicações. A Casa Estrelas do Amanhã é um ponto dessa estratégia, é a aproximação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro com os problemas da cidade. Outro ponto importante é o trabalho, com os demais sindicatos, pelas reivindicações coletivas que atendam às demandas sociais.

É possível levar essas expectativas para a vida cotidiana?

Ney – Vivemos ainda um processo de ênfase excessiva no universo familiar, preocupados com o tamanho do patrimônio material que deixaremos para nossos descendentes. Concentramos os recursos nesse “futuro” que almejamos para nossos filhos e netos acreditando que eles viverão absolutos, usufruindo desses recursos do jeito que imaginamos. A realidade não é assim. A desigualdade perversa, escancarada pela mídia em todos os cantos, forma uma sociedade cada vez mais violenta para todos nós. Há algum tempo me convenci de que podemos legar algo melhor do que existe hoje. É um absurdo nos escondermos em condomínios fechados, em prédios armados com parafernália eletrônica, ou condenados a andar na rua com medo de nossos semelhantes. A preocupação com nossos filhos sempre existirá, mas vale a pena nos preocuparmos fraternalmente com os demais parceiros dessa caminhada para o amanhã. Acredito em nos engajarmos em esforços coletivos, doando recursos financeiros ou qualquer outro meio, para termos uma sociedade menos desigual em oportunidades para seus cidadãos. A Casa Estrelas do Amanhã foi criada por pessoas que acreditavam em mudanças positivas e decidiram “fazer sua parte” além do núcleo familiar. Espero que muitos outros colegas abracem essa iniciativa. Essa contribuição à sociedade é um dos nossos mais belos legados.

Para contribuir – Doações de qualquer valor podem ser efetuadas através de depósito bancário – Banco do Brasil, Agência 2860-6, conta corrente 18710-0, em favor da Casa Estrelas do Amanhã.

Visitas – A coordenação da CEAM convida os colegas a conhecerem as atividades desenvolvidas. O endereço é Rua Azevedo Lima, 132, Rio Comprido (RJ) – Tel. 3972-1185. Mais informações no site (www.estrelasdoamanha.org.br) ou e-mail casaestrelasdoamanha@gmail.com.

Filiados aprovam contas de 2013 e orçamento deste ano

Em assembleias realizadas no dia 2 de julho, na Sede Quitanda, os filiados à DS/Rio aprovaram a Prestação de Contas do exercício de 2013, a Proposta Orçamentária para o exercício atual e o Relatório Financeiro elaborado pela Diretoria Executiva local. O parecer sobre a prestação de contas foi apresentado pelos Conselheiros Fiscais Marilene Maron – que dirigiu a mesa da assembleia –, Lenine Alcântara e Maria Irene Werneck.

Austeridade – A execução orçamentária de 2013 deu continuidade a uma política interna de austeridade, com racionalização de custos e redução de despesas. Assim, houve aumento do valor disponível em caixa, com fechamento do exercício no azul. O resultado positivo foi constatado pelo Conselho Fiscal e registrado em seu parecer, aprovado por unanimidade. Os Conselheiros recomendaram que o excedente seja aplicado na opção de investimento financeiro mais adequada ao perfil de uma entidade sindical.

Exercício de 2014 – Ao apresentar a Proposta Orçamentária, o presidente João Abreu e o diretor-Adjunto de Finanças Robson Guedes admitiram que a direção da DS irá manter a política de austeridade. Mas, serão preservados eventos e atividades que beneficiam a integração e o bem-estar dos filiados, além dos projetos sociais alavancados pelos Auditores do Rio – o que inclui doação anual à Casa Estrelas do Amanhã. Após analisar os dados e valores apresentados, a assembleia aprovou o orçamento proposto para 2014.

ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

Curtindo o verão na Costa Oeste americana



Um grupo de 16 pessoas, entre filiados e familiares, celebrou o verão do hemisfério norte com um belo passeio pela Costa Oeste norte-americana, no mês de julho. Organizado pela direção da DS/Rio, o roteiro da viagem incluiu visitas a Las Vegas, San Francisco, San Diego, Monterrey, Carmel e Los Angeles.

Hotéis suntuosos, prédios históricos, belas praias, atrações curiosas, gastronomia regional e até mesmo a calçada da fama, em Hollywood, foram algumas das atrações do passeio de 15 dias que, acima de tudo, teve o objetivo de celebrar a amizade entre antigos colegas.

Como destaca a Auditora Maria Gláudia Mamede, que representou a direção da DS/Rio no passeio, “foi uma viagem divertida e instrutiva, em que conhecemos cidades interessantes na companhia de colegas muito queridos”. Em 2015, tem mais!



Próximos passeios

10 a 15/11 - Serras Gaúchas

26/12 a 02/1 – Réveillon na Ilha da Madeira

Informações com Cláudia: (21) 3916-8550.

Coral da Receita Federal é lançado em agosto

Atendendo à expectativa de grande número de colegas, foi lançado no dia 12 de agosto o Coral da Receita Federal. Os diretores da DS/Rio Maria Gláudia Mamede e Paulo Torres prestigiaram a aula inaugural.

Sob a regência do Maestro Paulo Guedes (1º à esq.), o coral irá se reunir às terças-feiras, na sala 1401 do prédio do Ministério da Fazenda, das 10h às 12h. O projeto é aberto a ativos, aposentados e pensionistas – que não precisam ter conhecimento prévio de canto. Inscrições com Wilma ou Alessandra, nos telefones (21) 3805-4361 ou 3805-4322.

A ideia de reunir os colegas numa atividade de canto-coral partiu da diretoria da DS/Rio e obteve excelente receptividade, conquistando o apoio de todas as entidades representativas dos quadros da Receita Federal.



Trekking retorna em setembro

O primeiro trekking de 2014 terá um passeio imperdível a Visconde de Mauá (Maringá), de 12 a 14 de setembro. Segundo o coordenador da atividade, Auditor aposentado Arnaud Silva, o local oferece opções para todo tipo de caminhada. Após pesquisar valores e disponibilidade das pousadas locais, Arnaud bloqueou reservas na Pousada Chalés do Lago, localizada a 200 metros da Vila de Maringá, no lado fluminense. Diárias a R\$ 250,00 (individual); R\$ 320,00 (dupla) e R\$ 416,00 (tripla). A confirmação da reserva é individual, pelo telefone (24) 3387-1381 ou e-mail reservas@pousadachalesdolago.com.br, mencionando o nome de Arnaud. Dados para depósito do valor das diárias: Banco Bradesco, agência 0539-8, c/c 7761-5. Os que optarem por outra pousada devem lembrar que o encontro para as caminhadas será na Chalés do Lago, onde ficará a maioria do grupo. Até lá!





Indenização de fronteira

Reunidos na escadaria no prédio do Ministério da Fazenda, no dia 20 de agosto, filiados à DS/Rio expressaram solidariedade aos colegas que atuam nas regiões de fronteira e aguardam a regulamentação da Lei 12.855/2013. Sancionada em setembro de 2013, a lei contempla os que atuam nas unidades situadas em locais estratégicos, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. A indenização de fronteira

é uma das medidas que reforçam o Plano Estratégico de Fronteira, lançado em 2011 pelo Governo Federal para reforçar a segurança e promover ações integradas entre as Forças Armadas, a RFB e as Polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF). A DS/Rio, representada pelos diretores de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares, Helio Muylaert e Paulo Torres, teve apoio da direção do Sindireceita e da Afaiterj.



Apoio à PEC 555

A luta pela votação da Proposta de Emenda Constitucional 555/2006 no Congresso Nacional e o apoio parlamentar que começa a se delinear, no Rio de Janeiro, levaram uma comissão de diretores da DS/Rio, Afiperj, Anfip, Unafisco Associação Nacional e Sindireceita-DS/RJ ao gabinete do deputado estadual Paulo Ramos (PSOL), no dia 4 de agosto. No encontro, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o deputado alertou para a necessidade

de se estruturar a luta dentro do Congresso, em articulação com parlamentares realmente engajados da base de apoio do governo. “É preciso distinguir os que manifestam apoio à causa daqueles que, efetivamente, estão dispostos a lutar por ela”, alertou. Presidente da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Alerj, Paulo Ramos ampliou o debate sobre a PEC 555 no estado, ao convocar audiência pública, no dia 26 de maio, que lotou o plenário fluminense.

Inequidades da Tributação

Com apoio da DS/BH, foi realizado nos dias 21 e 22 de agosto, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o seminário “Inequidades do Sistema Tributário Nacional”, que debateu a carga tributária e a regressividade do nosso sistema atual. A DS/Rio foi representada pelos diretores Marclio Ferreira, Fábio Alves Cabral, Luiz Bicalho, Airton Dias, Paulo Torres, e pelo apoiador Olavo Porfírio.



Encontro unificado

A Frente Rio pela aprovação da PEC 555 promoveu, no dia 16 de agosto, no Clube Municipal, seu 1º Encontro Unificado de Aposentados e Pensionistas. O movimento incorporou, também, a luta dos aposentados da Previdência Social para mudança no índice de reajuste de proventos e pensões, através do Projeto de Lei (PL) 4434/2008. Os diretores Paulo Torres e Helio Muylaert, (Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares) representaram a DS/Rio no evento.

